



CICATRIZES DA DEMOCRACIA EM MOÇAMBIQUE:

IMPACTOS HUMANOS E FALHAS DE PROTECÇÃO NAS MANIFESTAÇÕES PÓS-ELEITORAIS

2024 - 2025



MOÇAMBIQUE, OUTUBRO DE 2025

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	5
PARTE I – CONTEXTO, MÉTODOS E ESCALA	Erro! Indicador não definido.
1. Introdução Geral	10
2. Metodologia Detalhada	10
2.0. Parcerias institucionais e comunitárias	10
2.1. Fontes e métodos de recolha de dados	11
2.2. Ética, segurança e verificação	12
2.3. Limitações e riscos	12
3. Escala Nacional da Crise	12
3.1. Distribuição geográfica	13
3.1.1. Leitura regional comparada	14
3.2. Impactos transversais	14
3.3. Leitura interpretativa	15
PARTE II	Erro! Indicador não definido.
IMPACTOS POR REGIÃO	Erro! Indicador não definido.
Capítulo 4-Maputo: O Epicentro da Repressão	17
4.1 Contexto geral	17
4.2 Dados quantitativos e perfil das vítimas	17
4.3 Padrões observados	17
4.4 Testemunhos seleccionados (nomes fictícios)	17
4.5 Resposta institucional e lacunas	17
4.6 Análise interpretativa	18
Capítulo 5 – Nampula: Repressão e Resistência no Norte	18
5.1 Contexto geral	18
5.2 Dados quantitativos e perfil das vítimas	18
5.3 Padrões observados	18
5.4 Testemunhos seleccionados (nomes fictícios)	19
5.5 Resposta institucional e lacunas	19
5.6 Análise interpretativa	19
Capítulo 6 – Zambézia: Entre Confrontos e Resistência Local	19
6.1 Contexto geral	19
6.2 Dados quantitativos e perfil das vítimas	20
6.3 Padrões observados	20

6.4 Testemunhos seleccionados (nomes fictícios)	20
6.5 Resposta institucional e lacunas.....	20
6.6 Análise interpretativa	20
Capítulo 7 – Sofala: A Violência Retaliatória na Beira e no Dondo	21
7.1 Contexto geral	21
7.2 Dados quantitativos e perfil das vítimas	21
7.3 Padrões observados	21
7.4 Testemunhos seleccionados (nomes fictícios)	21
7.5 Resposta institucional e lacunas.....	22
7.6 Análise interpretativa	22
Capítulo 8 – Manica, Gaza, Tete e Inhambane: A Repressão Silenciada do Interior.....	22
8.1 Contexto geral	22
8.2 Dados quantitativos e perfil das vítimas	22
8.3 Padrões observados	23
8.4 Testemunhos seleccionados (nomes fictícios)	23
8.5 Resposta institucional e lacunas.....	23
8.6 Análise interpretativa	24
Capítulo 9 – Cabo Delgado e Niassa: A Repressão em Zonas de Conflito e Esquecimento....	24
9.1 Contexto geral	24
9.2 Dados quantitativos e perfil das vítimas	24
9.3 Padrões observados	24
9.4 Testemunhos seleccionados (nomes fictícios)	25
9.5 Resposta institucional e lacunas.....	25
9.6 Análise interpretativa	25
PARTE III.....	Erro! Indicador não definido.
AS FERIDAS VISÍVEIS E INVISÍVEIS.....	Erro! Indicador não definido.
Capítulo 10 – Ferimentos, Mutilações e Impactos Físicos	27
10.1 Contexto geral	27
10.2 Tipologia dos ferimentos	27
10.3 Consequências médicas e sociais.....	28
Capítulo 11 – Dor Psicológica, Trauma e Sofrimento Colectivo	29
11.1 Contexto geral	29
11.2 Grupos mais afectados	29
11.3 Intervenção psicossocial	29

Capítulo 12 – Género e Violência no Contexto das Manifestações.....	29
12.1 Perspectiva geral	29
12.2 Tipos de afectação.....	30
12.3 Resiliência e resistência	30
Capítulo 13 – Desaparecidos e Execuções Sumárias.....	30
13.1 Contexto e números	30
13.2 Padrões e métodos.....	30
13.3 Impacto e busca por justiça.....	30
PARTE IV.....	Erro! Indicador não definido.
RESPONSABILIZAÇÃO, RESPOSTA INSTITUCIONAL E RECOMENDAÇÕES.....	Erro!
Indicador não definido.	
Capítulo 14 – Falhas de Responsabilização e Impunidade Estatal	33
14.1 Ausência de investigação e transparência.....	33
14.2 Enfraquecimento do sistema judicial.....	33
14.3 Implicações políticas e sociais	33
Capítulo 15 – Resposta Humanitária e Legal da Sociedade Civil	34
15.1 Intervenção emergencial e redes de solidariedade.....	34
15.2 Assistência jurídica e médica.....	34
15.3 Protecção e advocacia internacional	35
Capítulo 16 – O Papel da DECIDE e da Rede de Parceiros	36
16.1 Liderança cívica e coordenação territorial.....	36
Capítulo 17 – Falhas de Responsabilização e Impunidade Estatal	36
Capítulo 18 – A Assistência Humanitária da DECIDE: Saúde, Cuidado e Esperança.....	36
Recomendações Estratégicas	38

RESUMO EXECUTIVO

Entre Outubro de 2024 e Março de 2025, Moçambique viveu uma das mais graves crises políticas e humanitárias desde a abertura democrática. As manifestações pós-eleitorais, que emergiram como expressão legítima de descontentamento popular, transformaram-se num ciclo de violência sistemática e repressão institucional sem precedentes. Este relatório **“Cicatrizes da Democracia em Moçambique: Impactos Humanos e Falhas de Protecção nas Manifestações Pós-Eleitorais (2024–2025)”**, sintetiza nove meses de monitoria, assistência e investigação conduzidos pela Plataforma DECIDE e parceiros nacionais e internacionais.

a) Escala e gravidade da crise

Os dados consolidados até 1 de Outubro de 2025 apontam para:

- **411 mortes registadas;**
- **3.700 feridos**, dos quais mais de **900 por arma de fogo;**
- **7.200 detenções arbitrárias**, com **2.790 pessoas ainda detidas;**
- **5 desaparecidos** confirmados e **17 execuções com indícios políticos.**

As províncias de Maputo, Nampula, Zambézia e Sofala concentraram 78% dos casos, com predomínio de jovens entre 18 e 35 anos. As mulheres representaram 14% das vítimas em casos de detenção, ferimentos e morte, revelando vulnerabilidade acrescida no contexto de repressão. Os agentes das Forças de Defesa e Segurança 4.2% e as crianças 5% do número de mortos.

b) Intervenção da sociedade civil e papel da DECIDE

Diante do silêncio e da inércia estatal, a sociedade civil moçambicana mobilizou-se numa resposta humanitária inédita. A Plataforma DECIDE, com o apoio de organizações como Geração 18 de Março, OAM, AMAC, IPAJ, Ordem dos Médicos, Ordem dos Enfermeiros, CIP, CDD e Amnistia

Internacional, assumiu papel central na documentação de abusos, assistência directa às vítimas e incidência internacional.

A DECIDE prestou apoio médico e psicossocial a mais de 30 pessoas, e entre 15 e 20 com assistência médica directa. As acções abrangeram tratamento de feridos, reabilitação física, apoio emocional, fornecimento de alimentos e pagamento de rendas, bem como apoio económico para reintegração social.

Casos emblemáticos ilustram a dimensão humana desta intervenção:

- Jovem comerciante da Beira ferido e reabilitado para retomar actividade económica;
- Mulher grávida baleada em Maputo, que recebeu apoio para reconstruir a sua vida após o parto;
- Estudante ferido que pôde continuar os estudos à distância graças à intervenção da rede solidária num dos Distritos em Nampula;
- Trabalhador amputado requalificado para reinserção laboral na província da Matola;
- Famílias de vítimas mortais apoiadas com assistência material e emocional em Sofala.

c) Padrões e dinâmicas regionais

A violência apresentou padrões distintos por região:

- **Maputo** – epicentro da repressão, com prisões em massa e uso de munições reais;
- **Nampula** – detenções colectivas e acções violentas em distritos como Nacala-Porto;
- **Zambézia** – confrontos entre polícia e forças locais, com elevado número de feridos;
- **Sofala** – ataques brutais na Beira e Dondo, com múltiplos casos de tortura;
- **Cabo Delgado e Niassa** – repressão sob discurso anti-terrorista, com detenções e ameaças a activistas.

- **Gaza, Inhambane, Manica e Tete-** Repressão agressiva camuflada na pouca midia existencial.

Estas dinâmicas revelam um padrão nacional de repressão política, centrado na intimidação e neutralização de movimentos cívicos, agravando a fragilidade do Estado de Direito.

d) Falhas institucionais e impunidade

O relatório denuncia a ausência total de investigação pública, responsabilização judicial e reparação às vítimas. As instituições judiciais, sujeitas a interferências políticas, falharam na protecção dos direitos fundamentais. O Governo negou reiteradamente a gravidade dos factos, classificando as manifestações como “distúrbios isolados”, enquanto as forças de segurança actuaram com licença tácita para reprimir. Nem os casos confirmados como mortos e feridos por parte da policia tiveram nenhum reparo condigno por parte das autoridades locais.

As perseguições aos participantes das manifestações ate ao mês de Outubro de 2025 continuaram, tendo a titulo de exemplo de um indivíduo que foi detido sem mandato de prisão, onde de igual modo, dois outros no bairro de Siduava na Matola na madrugada e ilegalmente sob mesma justificação.

A ausência da responsabilização, tem desencadeado acções desenfreadas por parte da policia no uso excessivo da força em casos completamente evitáveis, onde parte significativa das vitimas são crianças que acabam sendo atingidas em casos desnecessários, com destaque para eventos ocorridos em Maputo, Gaza, Inhambane e Nampula, tendo consequências para as próprias Forças de Defesa e Seguranca, que ja tiveram um agente linchado por saturação popular.

e) Impactos humanos e sociais

As consequências da repressão ultrapassaram a violência física:

- Trauma psicológico colectivo, sobretudo entre jovens e mulheres;
- Desagregação familiar e perda de sustento económico;
- Medo social generalizado e retraimento cívico;

- Desconfiança nas instituições públicas e na justiça.

A dor das vítimas traduz-se em sofrimento prolongado e numa erosão do pacto social. A falta de reconhecimento oficial das mortes e desaparecimentos impede o processo de luto e compromete a reconciliação nacional.

f) Recomendações centrais

A DECIDE e os parceiros apelam à adopção urgente de medidas estruturais:

- Investigação independente sobre as mortes e detenções;
- Reparação e indemnização às famílias afectadas;
- Reforço da formação em direitos humanos das forças de segurança;
- Criação de uma comissão nacional de verdade e reconciliação;
- Apoio internacional à protecção de defensores de direitos humanos e à monitoria independente.

g) Chamado à responsabilidade e esperança

Mais do que um relatório de denúncia, este documento é um testemunho de resistência e esperança. Através da dor e da solidariedade, emergiu uma nova consciência cívica. A Plataforma DECIDE reafirma o seu compromisso em transformar a indignação em acção e a memória em justiça, preservando a voz das vítimas e exigindo um Moçambique mais humano, democrático e inclusivo.

PARTE I

CONTEXTO, MÉTODOS E ESCALA

1. Introdução Geral

Entre Outubro de 2024 e Março de 2025, Moçambique mergulhou numa das mais intensas crises políticas e humanitárias do período democrático recente. As manifestações pós-eleitorais, inicialmente convocadas como actos pacíficos de contestação e exigência de transparência, degeneraram rapidamente num ciclo de violência, repressão e sofrimento humano de larga escala.

A Plataforma DECIDE, no cumprimento da sua missão de defesa da dignidade, cidadania e direitos humanos, acompanhou o desenrolar dos acontecimentos em 11 capitais provinciais, documentando de forma sistemática as violações cometidas, as consequências sociais e psicológicas das mesmas e o impacto sobre a coesão comunitária.

O presente relatório – **“Feridas da Democracia: Impactos Humanos e Falhas de Protecção nas Manifestações Pós-Eleitorais (2024–2025)”** – constitui um esforço de memória colectiva e advocacia, destinado a dar voz às vítimas e a exigir justiça e responsabilização.

Trata-se de uma produção que combina investigação, documentação de campo, acompanhamento médico e psicossocial, bem como assistência jurídica directa, reflectindo a actuação multifacetada da DECIDE no terreno.

A violência que eclodiu após as eleições não foi um episódio isolado, mas o resultado de fragilidades estruturais de governação, impunidade e desigualdade social. Este relatório pretende, portanto, contribuir para uma compreensão profunda da crise e servir de instrumento de acção para políticas públicas, tendo em conta o Diálogo Nacional Inclusivo, doadores e mecanismos internacionais de direitos humanos.

2. Metodologia Detalhada

2.0. Parcerias institucionais e comunitárias

A recolha e análise de dados contaram com a colaboração activa de diversas entidades e redes de solidariedade que, ao lado da DECIDE, tornaram possível esta documentação. Destacam-se:

- **Movimento Geração 18 de Março**, com presença activa em todo o país, desempenhou papel central na mobilização comunitária e na consolidação da identificação de vítimas em todas as províncias afectadas.
- **Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM)** e o **Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ)** , que garantiram apoio legal a detidos e acompanhamento judicial de processos.
- **Ordem dos Médicos de Moçambique** e **Ordem dos Enfermeiros de Moçambique**, que colaboraram com informações clínicas e apoio voluntário a feridos.
- **AMAC**, parceira de referência no apoio legal e articulação comunitária, com acompanhamento de casos e orientação jurídica de base.
- **Centro de Integridade Pública (CIP)**, **Centro para a Democracia e Desenvolvimento (CDD)** e **Amnistia Internacional**, que partilharam dados e verificações para harmonização estatística e reforço de credibilidade.
- **Sociedade moçambicana em geral**, cuja mobilização espontânea através das redes sociais e plataformas digitais foi determinante na denúncia pública de abusos e na protecção de activistas e vítimas.

Estas parcerias consolidaram uma rede plural de solidariedade, combinando a capacidade técnica das organizações com o saber comunitário e a presença territorial das populações afectadas.

2.1. Fontes e métodos de recolha de dados

O relatório baseia-se em três pilares metodológicos complementares:

- Recolha directa de dados de campo, através de equipas provinciais da DECIDE e parceiros locais, que registaram incidentes, testemunhos, ferimentos e detenções.
- Análise documental, a partir de relatórios médicos, fichas psicossociais, comunicações de ONGs e documentação hospitalar.

- Entrevistas e observação participante, conduzidas com sobreviventes, familiares, líderes comunitários, jornalistas e representantes institucionais.

A recolha decorreu entre Novembro de 2024 e Outubro de 2025, abrangendo as 11 províncias de Moçambique, com maior incidência em Maputo, Sofala, Nampula e Zambézia. Os dados foram sistematizados num banco de registos contendo variáveis como idade, género, tipo de lesão, local do incidente, tipo de intervenção e situação jurídica.

2.2. Ética, segurança e verificação

A pesquisa obedeceu a princípios de ética humanitária, garantindo o anonimato e consentimento informado das vítimas. Nenhuma entrevista foi realizada sem autorização explícita, e os nomes usados neste relatório são fictícios, preservando a integridade dos envolvidos.

A verificação cruzada de dados foi feita através de fontes hospitalares, registos comunitários e cruzamento de testemunhos, com classificação de fiabilidade em três níveis (A – confirmada; B – plausível; C – em verificação).

2.3. Limitações e riscos

O processo enfrentou desafios significativos:

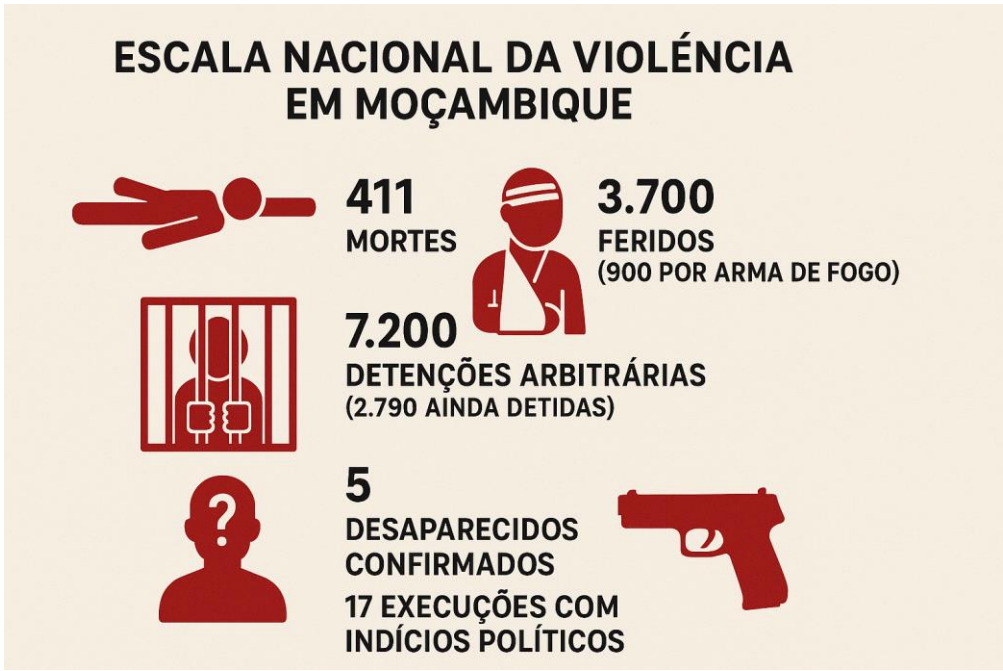
- Restrição de acesso a locais de detenção e hospitais públicos;
- Intimidação de testemunhas e jornalistas;
- Recursos financeiros limitados para deslocação e acompanhamento contínuo;
- Risco pessoal para observadores e coordenadores provinciais.

Ainda assim, a amplitude e consistência dos dados permitem uma leitura sólida e representativa da crise.

3. Escala Nacional da Crise

Os dados compilados até 01 de Outubro de 2025 revelam a magnitude da violência e o seu impacto social. Em seis meses, registaram-se 411 mortes, 3.700 feridos, 7.200 detenções arbitrárias (das quais 2.790 ainda detidas), 5 desaparecidos confirmados e 17 execuções com indícios políticos.

As vítimas concentram-se nas províncias de Maputo (Cidade e Província), Sofala, Nampula e Zambézia, correspondendo a 78% do total de casos. A faixa etária mais atingida situa-se entre 18 e 35 anos, com predomínio de homens jovens, embora se verifique crescente afectação de mulheres



especialmente esposas e mães de detidos ou mortos.

Legenda: Escalada nacional da violência em Moçambique

3.1. Distribuição geográfica

Província	Mortes	Feridos	Detenções Arbitrárias	Observações
Maputo (Cidade e Província)	102	970	1.890	Alta repressão urbana; confrontos prolongados
Nampula	86	760	1.110	Detenções colectivas e uso excessivo da força
Zambézia	73	690	1.020	Envolvimento de forças paramilitares locais
Sofala	65	520	890	Forte actuação policial na Beira e Dondo

| Manica | 31 | 280 | 610 | Prisões arbitrárias e ferimentos graves | | Inhambane | 17 | 160 | 420 |
Repressão selectiva de activistas | | Tete | 13 | 130 | 370 | Isolamento informativo e censura | | Niassa
| 9 | 75 | 280 | Subnotificação elevada | | Gaza | 8 | 60 | 250 | Casos de detenções administrativas | |
Cabo Delgado | 7 | 55 | 260 | Intersecção com o conflito armado | |

Total Nacional | 411 | 3.700 | 7.200 | 2.790 ainda detidos; 5 desaparecidos; 17 execuções políticas |

3.1.1. Leitura regional comparada

A análise dos dados mostra que a violência e a repressão tiveram distribuição desigual, reflectindo dinâmicas regionais distintas. A província de Maputo concentrou o maior número de mortes e detenções, fruto da maior densidade populacional e da visibilidade mediática dos protestos. Nampula surge em segundo lugar, com forte repressão em grande parte dos distritos, com maior incidência para Nacala-Porto, onde as forças de defesa e segurança actuaram de forma desproporcional. A Zambézia ocupa a terceira posição, resultado de intensos confrontos entre a polícia e forças locais, com detenções colectivas e operações conjuntas. Sofala, embora tenha apresentado menor número de vítimas em termos absolutos, destacou-se pelos ataques brutais da polícia na Beira e no Dondo.

Esta tendência revela um padrão de repressão escalonada, onde o Norte e o Centro do país, tradicionalmente espaços de contestação política, foram alvo de vigilância intensificada. Ao Sul, a repressão foi mais selectiva, incidindo sobre activistas e lideranças cívicas. Tal distribuição geográfica reforça a percepção de que a resposta do Estado foi politicamente orientada, visando conter epicentros de mobilização cidadã.

3.2. Impactos transversais

- **Perda de rendimentos e deslocações internas:** famílias abandonaram as cidades por medo de retaliação.
- **Interrupção de serviços básicos:** escolas e mercados encerrados por semanas.
- **Efeitos de género:** mulheres sobrecarregadas com o cuidado de feridos e órfãos.

- **Efeitos psicológicos comunitários:** medo colectivo, retraimento social, trauma intergeracional.

3.3. Leitura interpretativa

A escala da crise demonstra que as manifestações pós-eleitorais transcenderam o plano político, assumindo proporções de **emergência humanitária nacional**. O padrão de actuação das forças de segurança revela uma estratégia de dissuasão violenta, com uso desproporcional da força letal e ausência de mecanismos de prestação de contas.

A negligência institucional posterior — ausência de reparação, silêncio governamental e criminalização das vítimas — reforça a impunidade e fragiliza os pilares da democracia moçambicana.

PARTE II

IMPACTOS POR REGIÃO

Capítulo 4-Maputo: O Epicentro da Repressão

4.1 Contexto geral

As manifestações em Maputo caracterizaram-se por uma mobilização intensa. O movimento, inicialmente pacífico, foi duramente reprimido pelas forças de segurança, resultando em mortes, ferimentos e detenções em massa. A resposta das autoridades foi marcada por um uso excessivo da força, transformando protestos cívicos em episódios de violência urbana.

4.2 Dados quantitativos e perfil das vítimas

Em Maputo registaram-se 102 mortes, 970 feridos e 1.890 detenções arbitrárias. Observou-se um predomínio de jovens entre 18 e 30 anos, com destaque para estudantes, vendedores informais e desempregados. Cerca de 23% das vítimas eram mulheres, feridas durante as operações e detidas.

4.3 Padrões observados

Os dados indicam prisões em massa sem mandado judicial, torturas em celas e desaparecimentos temporários. As forças de defesa e segurança realizaram incursões violentas em bairros residenciais e mercados populares. O uso de munições reais e gás lacrimogénico foi documentado em múltiplos pontos da cidade. Houve também relatos de obstrução ao trabalho da imprensa e de confisco de telemóveis e câmaras de cidadãos.

4.4 Testemunhos seleccionados (nomes fictícios)

- “Nelson”, 26 anos, pedestre alvejado na perna no Zimpeto ao tentar socorrer um cidadão ferido.
- “Dona Júlia”, 48 anos, mãe de um jovem detido, relata ter sido agredida ao procurar informações na 2.ª Esquadra.
- “Sérgio”, 19 anos, estudante, mantido incomunicável durante dez dias na Machava, libertado sem acusação formal.

4.5 Resposta institucional e lacunas

A ausência de investigações públicas e a falta de responsabilização dos agentes envolvidos consolidaram um ambiente de impunidade. As famílias enfrentaram dificuldades no acesso a

informações sobre os seus parentes detidos e sobre o paradeiro de desaparecidos. A DECIDE e parceiros intervieram com acções de assistência médica, psicossocial e jurídica, reforçando o direito à protecção e à dignidade humana.

4.6 Análise interpretativa

A repressão em Maputo foi planeada para conter a visibilidade nacional das manifestações e dissuadir novas mobilizações. O uso de força excessiva, a ausência de responsabilização e o silêncio institucional configuram um padrão de violência política centralizada, onde o controlo da narrativa mediática se sobrepôs à protecção da vida humana.

Capítulo 5 – Nampula: Repressão e Resistência no Norte

5.1 Contexto geral

Em Nampula, as manifestações assumiram uma dimensão prolongada e descentralizada, envolvendo diversos distritos e vilas. A repressão das forças de defesa e segurança foi intensa, especialmente em Nacala-Porto, onde a população local respondeu com resiliência e formas espontâneas de resistência civil. O discurso governamental enquadrou os protestos como actos de desordem pública, o que legitimou, aos olhos das autoridades, o uso excessivo da força.

5.2 Dados quantitativos e perfil das vítimas

Foram registadas 86 mortes, 760 feridos e 1.110 detenções arbitrárias, colocando Nampula como a segunda província mais afectada. As vítimas foram maioritariamente jovens entre 17 e 35 anos, com destaque para vendedores de rua, pescadores, estudantes e trabalhadores informais. A presença de mulheres detidas foi significativa, representando cerca de 19% dos casos.

5.3 Padrões observados

A repressão foi caracterizada por operações militares conjuntas, perseguições nocturnas e detenções aleatórias. Foram relatadas invasões de casas, apreensões de telemóveis e destruição de bens. Em Nacala-Porto, houve registo de disparos em zonas residenciais e de casos de desaparecimento temporário de jovens. O padrão verificado indica uma actuação sistemática, com objectivo de intimidar a população e desmobilizar a contestação.

5.4 Testemunhos seleccionados (nomes fictícios)

- “Assane”, 22 anos, pescador, ferido por projectil enquanto regressava do trabalho em Nacala-Porto.
- “Helena”, 34 anos, comerciante, detida durante três dias ao tentar obter informações sobre o marido.
- “Mussa”, 28 anos, vendedor, baleado enquanto almoçava no mercado do Waresta.

5.5 Resposta institucional e lacunas

Não foram registadas medidas públicas de investigação nem declarações oficiais de responsabilização. As estruturas locais de saúde enfrentaram carência de recursos e recusas de atendimento em alguns hospitais. A DECIDE colaborou com actores locais na documentação de casos, fornecendo apoio psicossocial e encaminhamento jurídico de base para algumas famílias.

5.6 Análise interpretativa

Nampula representou o epicentro da repressão no Norte, revelando uma estratégia de controlo social sustentada em operações preventivas e punição colectiva. A violência foi utilizada como instrumento de dissuasão e exemplo, transformando comunidades inteiras em espaços de medo. O silêncio institucional e a ausência de reparação reforçam a percepção de impunidade e de marginalização histórica da região.

Capítulo 6 – Zambézia: Entre Confrontos e Resistência Local

6.1 Contexto geral

A província da Zambézia foi palco de alguns dos confrontos mais prolongados e violentos registados durante o período pós-eleitoral. As manifestações ocorreram vários distritos enfoque para Quelimane, Gurue, Milange, etc, envolvendo cidadãos que exigiam recontagem de votos e responsabilização pelas mortes ocorridas noutras províncias. As forças de segurança responderam com operações repressivas e uso indiscriminado de gás lacrimogénico e munições reais.

6.2 Dados quantitativos e perfil das vítimas

Na Zambézia foram registadas 73 mortes, 690 feridos e 1.020 detenções arbitrárias, colocando-a como a terceira província mais afectada. As vítimas pertenciam, em grande parte, a sectores urbanos e rurais mobilizados por movimentos cívicos locais. O grupo etário predominante situa-se entre 20 e 40 anos, sendo que 14% das vítimas no âmbito de detenções e mortes eram mulheres.

6.3 Padrões observados

A violência na Zambézia distinguiu-se por confrontos directos entre manifestantes e forças de segurança. Foram registados episódios de cerco a bairros periféricos e invasões de residências, especialmente em Quelimane e Mocuba. Testemunhos recolhidos apontam para detenções prolongadas sem mandado judicial e para a presença de unidades paramilitares locais, reforçando o padrão de repressão sistemática.

6.4 Testemunhos seleccionados (nomes fictícios)

- “Daniel”, 31 anos, motorista, atingido por bala perdida durante uma manifestação em Quelimane.
- “Lucinda”, 29 anos, professora, ferida por estilhaços quando tentava proteger crianças dentro da escola.
- “Manuel”, 24 anos, activista comunitário, detido por oito dias sem acusação formal.

6.5 Resposta institucional e lacunas

As autoridades locais da Zambézia mantiveram silêncio prolongado sobre os incidentes e não foram divulgados relatórios oficiais. A imprensa local enfrentou intimidação e censura. Hospitais reportaram falta de capacidade para atender o elevado número de feridos. A DECIDE acompanhou casos críticos e articulou respostas com redes cívicas locais, promovendo encaminhamento para apoio médico e jurídico.

6.6 Análise interpretativa

A repressão na Zambézia revelou uma lógica de controlo territorial e neutralização de focos de contestação. A ausência de mecanismos de diálogo e o uso de força letal agravaram o

distanciamento entre Estado e sociedade civil. O padrão observado confirma a tendência de militarização da segurança pública e a erosão dos direitos de participação política e manifestação pacífica.

Capítulo 7 – Sofala: A Violência Retaliatória na Beira e no Dondo

7.1 Contexto geral

Sofala foi uma das províncias mais afectadas pela repressão, com epicentros na Beira e no Dondo, onde as manifestações ganharam grande expressão popular. As forças policiais reagiram com violência extrema, executando operações de dispersão e retaliação que resultaram em dezenas de mortos e centenas de feridos. O contexto político local, caracterizado pela presença de múltiplos actores partidários e movimentos cívicos, tornou a província um alvo estratégico de controlo estatal.

7.2 Dados quantitativos e perfil das vítimas

Registaram-se 65 mortes, 520 feridos e 890 detenções arbitrárias. A maioria das vítimas eram jovens entre 18 e 33 anos, com forte incidência de trabalhadores informais, vendedores de mercado e estudantes. Cerca de 16% das vítimas identificadas eram mulheres, incluindo detidas, feridas e familiares de desaparecidos.

7.3 Padrões observados

As equipas da DECIDE documentaram ataques brutais da polícia na Beira e no Dondo, com uso de armas de fogo, espancamentos e invasões de residências. Testemunhos confirmam execuções sumárias e repressão de vigílias públicas. Foram ainda registados episódios de repressão de vigílias públicas, conhecidas localmente como *panelanços*, que reuniam cidadãos em protesto pacífico.

7.4 Testemunhos seleccionados (nomes fictícios)

- “Ernesto”, 25 anos, vendedor de mercado, espancado por agentes da polícia e hospitalizado com múltiplas fracturas.

- “*Marta*”, 37 anos, mãe de dois filhos, ferida durante a dispersão de manifestantes perto do Mercado do Goto.
- “*Celso*”, 20 anos, estudante, baleado na perna e detido por quatro dias sem acusação.

7.5 Resposta institucional e lacunas

Não foram abertas investigações públicas sobre os episódios de violência. A população relatou ausência de assistência médica imediata e demora na remoção dos corpos. A DECIDE e parceiros locais forneceram apoio de emergência a famílias deslocadas e feridos, assegurando também o acompanhamento psicossocial de sobreviventes.

7.6 Análise interpretativa

A repressão em Sofala demonstra o carácter retaliatório da actuação das forças de segurança, marcada por violência intencional e punitiva. A Beira e o Dondo tornaram-se símbolos da resistência civil e da brutalidade institucional. O padrão observado sugere uma tentativa deliberada de desarticular redes cívicas e enfraquecer o poder local através do medo e da coerção.

Capítulo 8 – Manica, Gaza, Tete e Inhambane: A Repressão Silenciada do Interior

8.1 Contexto geral

As províncias de Manica, Tete, Inhambane e Gaza registaram níveis menores de violência em comparação com as capitais provinciais, mas apresentaram padrões de repressão igualmente graves, ainda que menos visíveis mediaticamente. As manifestações nestas regiões foram pontuais e concentradas em centros urbanos como Chimoio, Tete e Maxixe, caracterizando-se por protestos de curta duração e reacções rápidas das forças policiais.

8.2 Dados quantitativos e perfil das vítimas

Foram documentadas 31 mortes em Manica, 8 em Gaza, 13 em Tete e 17 em Inhambane, totalizando 69 vítimas mortais. Somaram-se ainda 670 feridos e 1.650 detenções arbitrárias nas quatro províncias. O perfil das vítimas revela predominância de jovens trabalhadores e estudantes,

com 18% de mulheres afectadas, principalmente por detenções, baleamentos e maus-tratos durante o transporte para as esquadras.

8.3 Padrões observados

A repressão nas quatro províncias do interior teve como marca principal a intimidação preventiva. Em Manica, as autoridades locais prenderam organizadores de protestos antes das concentrações. Em Gaza, registaram-se detenções administrativas e perseguições selectivas a activistas comunitários e estudantes. Em Tete, a polícia utilizou agentes infiltrados para identificar líderes estudantis e sindicais. Em Inhambane, observou-se forte pressão sobre associações juvenis e ambientais, com interrogatórios e ameaças. Estes episódios indicam uma estratégia coordenada de silenciamento e controlo social. A repressão nas três províncias do interior teve como marca principal a intimidação preventiva. Em Manica, as autoridades locais prenderam organizadores de protestos antes das concentrações. Em Tete, a polícia utilizou agentes infiltrados para identificar líderes estudantis e sindicais. Em Inhambane, registou-se forte pressão sobre associações juvenis e ambientais, com interrogatórios e ameaças. Estes episódios indicam uma estratégia coordenada de silenciamento e controlo social.

8.4 Testemunhos seleccionados (nomes fictícios)

- “*Rosa*”, 23 anos, estudante, detida em Chimoio antes de uma manifestação e libertada após dois dias sem acusação formal.
- “*Paulo*”, 32 anos, trabalhador mineiro em Tete, relatou ter sido espancado e obrigado a assinar uma confissão de incitamento à desordem.
- “*Júlia*”, 28 anos, activista ambiental em Inhambane, foi chamada para interrogatório repetidas vezes e ameaçada com detenção.

8.5 Resposta institucional e lacunas

Não houve qualquer relatório oficial ou pronunciamento das autoridades provinciais. O silêncio institucional e a censura mediática impediram a ampla divulgação dos casos. A DECIDE manteve articulação com organizações locais para registo de denúncias e encaminhamento jurídico básico de algumas vítimas.

8.6 Análise interpretativa

A repressão nas províncias do interior expressa a desigualdade de atenção e de protecção dos direitos humanos entre os centros urbanos e as regiões periféricas. A ausência de cobertura mediática e de mecanismos de denúncia robustos contribuiu para a impunidade e o esquecimento das vítimas. Estes casos mostram que a violência política não se limitou às capitais, mas estendeu-se em formas subtis de intimidação e exclusão cívica.

Capítulo 9 – Cabo Delgado e Niassa: A Repressão em Zonas de Conflito e Esquecimento

9.1 Contexto geral

As províncias de Cabo Delgado e Niassa viveram a repressão num contexto marcado por crises pré-existentes: o conflito armado e a insegurança prolongada. As manifestações, embora menos intensas em número, ocorreram em ambientes de alta tensão, com presença militar reforçada e forte vigilância comunitária. O medo do conflito e a desconfiança em relação às forças de segurança condicionaram a capacidade de mobilização cidadã.

9.2 Dados quantitativos e perfil das vítimas

Foram registadas 7 mortes em Cabo Delgado e 9 em Niassa, com 130 feridos e 540 detenções arbitrarias nas duas províncias. As vítimas pertenciam maioritariamente a comunidades deslocadas ou em situação de vulnerabilidade social. O número de mulheres afectadas, embora inferior, foi expressivo, representando 12% dos casos de detenções e ferimentos.

9.3 Padrões observados

A actuação das forças de defesa e segurança nestas províncias combinou elementos de controlo militar e repressão política. Em Cabo Delgado, ocorreram detenções de líderes locais acusados de incitar protestos e de jovens confundidos com insurgentes. Em Niassa, registaram-se detenções arbitrarias de activistas e professores que partilharam mensagens de solidariedade nas redes sociais. Em ambos os casos, verificou-se censura informativa e intimidação de jornalistas locais.

9.4 Testemunhos seleccionados (nomes fictícios)

- “*Félix*”, 23 anos, jovem baleado durante uma manifestação em Cabo Delgado, levado para tratamento em Nampula, onde acabou por perder a vida em consequência dos ferimentos.
- “*Adelino*”, 27 anos, activista em Montepuez, alvo de ameaças e intimidação após ter participado em debates públicos sobre a situação dos direitos humanos na província.
- “*Idalina*”, 27 anos, enfermeira comunitária, ameaçada por autoridades locais por ter prestado primeiros socorros a manifestantes feridos.

9.5 Resposta institucional e lacunas

As condições de segurança em Cabo Delgado dificultaram o acesso a informação e o acompanhamento directo de casos. As autoridades locais negaram reiteradamente a ocorrência de manifestações, classificando-as como "agitações pontuais". O ambiente de militarização extrema reduziu o espaço de acção da sociedade civil e comprometeu a monitoria independente. A DECIDE apoiou-se em redes comunitárias e religiosas para recolha de testemunhos e acompanhamento psicossocial discreto de vítimas.

9.6 Análise interpretativa

Cabo Delgado e Niassa exemplificam o cruzamento entre repressão política e insegurança estrutural. A sobreposição entre o discurso antiterrorista e a repressão de manifestações civis criou um espaço de impunidade híbrida, onde o Estado actua com duplo propósito: combater a insurgência e silenciar dissidências. Estas províncias representam o ponto mais crítico da erosão das liberdades civis em Moçambique, marcando o limite da capacidade de resposta humanitária e institucional.

PARTE III

AS FERIDAS VISÍVEIS E INVISÍVEIS

Capítulo 10 – Ferimentos, Mutilações e Impactos Físicos

10.1 Contexto geral

Os impactos físicos das manifestações pós-eleitorais revelam a dimensão brutal da repressão exercida pelas forças de segurança. Entre os 3.700 feridos registados, mais de 900 resultaram de disparos com armas de fogo, e centenas apresentaram traumatismos graves provocados por bastonadas, pontapés e projecteis não letais utilizados de forma indiscriminada. Os ferimentos atingiram não apenas manifestantes, mas também transeuntes e pessoas que tentavam prestar auxílio às vítimas.

10.2 Tipologia dos ferimentos

Os registos médicos e hospitalares, analisados pela DECIDE e parceiros, identificam quatro grandes grupos de lesões:

- **Ferimentos por arma de fogo:** 24% dos casos, muitos exigindo amputações ou resultando em morte posterior.
- **Traumatismos cranianos e múltiplos:** 37%, resultantes de agressões físicas e quedas durante dispersões.
- **Ferimentos respiratórios e oculares:** 18%, causados por gás lacrimogéneo e projecteis de borracha.
- **Outras lesões físicas:** 21%, incluindo fracturas, queimaduras e contusões diversas.

TIPOS DE VIOLÊNCIA E EFEITOS

Tipo de Violência	Percentagem	Efeitos mais comuns
 Armas de fogo	24 %	Amputações e mortes
 Agressões físicas	37 %	Fracturas, traumatismos
 Gás lacrimogénico	18 %	Problemas respiratórios e oculares
 Outros	21 %	Contusões, queimaduras

Legenda: Tipos de violência e efeitos

10.3 Consequências médicas e sociais

Grande parte das vítimas enfrentou incapacidade física prolongada, perda de rendimento e dependência económica. Hospitais regionais relataram sobrecarga e falta de recursos, com muitos pacientes a abandonarem o tratamento por falta de meios. A ausência de um mecanismo estatal de indemnização agravou a vulnerabilidade das famílias afectadas.

Capítulo 11 – Dor Psicológica, Trauma e Sofrimento Colectivo

11.1 Contexto geral

Os efeitos psicológicos das manifestações ultrapassaram a dimensão individual, afectando famílias e comunidades inteiras. A DECIDE, através das suas equipas psicossociais, identificou padrões de trauma pós-violência em vítimas directas e indirectas, incluindo sintomas de ansiedade, depressão, insónia e retraimento social.

11.2 Grupos mais afectados

Os mais atingidos foram jovens sobreviventes de ferimentos, mães de detidos e desaparecidos e crianças expostas à violência urbana. Casos de regressão comportamental em menores e isolamento prolongado em adolescentes foram observados, particularmente em Maputo, Sofala e Nampula. O sofrimento emocional prolongado, aliado à ausência de reconhecimento público das vítimas, consolidou uma ferida colectiva difícil de cicatrizar.

11.3 Intervenção psicossocial

A intervenção da DECIDE e das redes parceiras consistiu em atendimento de emergência, apoio continuado e sessões de acompanhamento familiar. As equipas priorizaram escuta activa, reconstrução da confiança e reabilitação emocional. Apesar dos esforços, os recursos humanos e financeiros revelaram-se insuficientes perante a magnitude das necessidades.

Capítulo 12 – Género e Violência no Contexto das Manifestações

12.1 Perspectiva geral

As manifestações expuseram desigualdades estruturais de género, reflectidas tanto nas formas de repressão quanto nas consequências sociais. As mulheres desempenharam papel duplo: como participantes e como sustentáculo emocional das famílias atingidas. Apesar de representarem cerca de 20% das vítimas globais, as mulheres enfrentaram impactos desproporcionais.

12.2 Tipos de afectação

- **Detenções e agressões físicas:** casos de mulheres detidas sem mandado, espancadas ou expostas a condições degradantes.
- **Violência simbólica e sexual:** relatos de intimidação verbal, ameaças dirigidas a esposas e mães de detidos.
- **Carga emocional acrescida:** responsabilidade de sustentar famílias após a perda de rendimentos masculinos.

12.3 Resiliência e resistência

Apesar das adversidades, as mulheres desempenharam papel central na denúncia pública e mobilização comunitária. Lideraram redes de solidariedade, promoveram vigílias e contribuíram para a reconstrução da esperança colectiva. A sua acção reafirma o protagonismo feminino na defesa da democracia e dos direitos humanos.

Capítulo 13 – Desaparecidos e Execuções Sumárias

13.1 Contexto e números

Entre Outubro de 2024 e Março de 2025, foram confirmados 5 desaparecimentos e 17 execuções sumárias com indícios de motivação política. Estes números, embora subestimados, representam a face mais extrema da violência estatal.

13.2 Padrões e métodos

Os desaparecimentos ocorreram sobretudo nas províncias de Maputo, Nampula e Sofala. As execuções sumárias foram frequentemente precedidas por detenções arbitrárias com o maior numero verificado na província de Tete. Testemunhos apontam para vítimas retiradas de celas durante a noite e posteriormente encontradas sem vida em zonas periféricas. Em vários casos, as famílias não receberam confirmação oficial do falecimento.

13.3 Impacto e busca por justiça

A incerteza sobre o destino dos desaparecidos perpetua o sofrimento das famílias e simboliza a falência institucional do Estado em garantir o direito à vida e à verdade. A DECIDE tem

documentado estes casos para futura acção junto de organismos nacionais e internacionais de direitos humanos, defendendo a criação de uma comissão independente de investigação.

PARTE IV

RESPONSABILIZAÇÃO, RESPOSTA INSTITUCIONAL E RECOMENDAÇÕES

Capítulo 14 – Falhas de Responsabilização e Impunidade Estatal

14.1 Ausência de investigação e transparência

Durante e após as manifestações, não foram abertas investigações públicas ou processos judiciais transparentes relativos ao uso excessivo da força, mortes e detenções arbitrárias. O Governo adoptou uma postura de negação sistemática, classificando os acontecimentos como “distúrbios isolados”. Tal narrativa contribuiu para a normalização da violência institucional e a perpetuação da impunidade.

Um dos casos mais emblemáticos que revela a falta de vontade judicial ou política, esta relacionado ao **caso dos detentos mortos na B.O**, onde mesmo com diversas denúncias por parte da sociedade, nenhuma comissão de inquérito foi aberta, não se sabe o numero exacto de mortos e ninguém responsabilizado.

14.2 Enfraquecimento do sistema judicial

A falta de autonomia do Ministério Público e o medo entre magistrados e defensores públicos criaram um vácuo de responsabilização. Muitos casos arquivaram-se sem audiências, e as famílias das vítimas ficaram sem meios para aceder à justiça. A ausência de relatórios parlamentares ou audições públicas reforçou a percepção de um Estado alheio ao sofrimento dos cidadãos.

14.3 Implicações políticas e sociais

A impunidade consolidou um clima de desconfiança institucional e enfraqueceu a legitimidade democrática. A incapacidade de responsabilizar agentes do Estado pela violência praticada mina o Estado de Direito e alimenta o ressentimento social, criando terreno fértil para novas ondas de contestação.

As perseguições aos participantes das manifestações ate ao mês de Outubro de 2025 continuaram, tendo a titulo de exemplo de um indivíduo que foi detido sem mandato de prisão, onde de igual modo, dois outros no bairro de Siduava na Matola na madrugada e ilegalmente sob mesma justificação.

A ausência da responsabilização, tem desencadeado acções desenfreadas por parte da policia no uso excessivo da força em casos completamente evitáveis, onde parte significativa das vitimas são crianças que acabam sendo atingidas em casos desnecessários, com destaque para eventos ocorridos em Maputo, Gaza, Inhambane e Nampula, tendo consequências para as próprias Forças de Defesa e Seguranca, que ja tiveram um agente linchado por saturação popular.

Capítulo 15 – Resposta Humanitária e Legal da Sociedade Civil

15.1 Intervenção emergencial e redes de solidariedade

A ausência de resposta estatal adequada mobilizou uma ampla rede de organizações da sociedade civil. Entidades como a Plataforma DECIDE, Geração 18 de Março, OAM, AMAC, IPAJ, Ordem dos Médicos e Ordem dos Enfermeiros assumiram papel determinante no registo de casos, assistência imediata e encaminhamento jurídico e psicossocial. Estas acções permitiram salvar vidas e assegurar acompanhamento a centenas de vítimas e familiares.

15.2 Assistência jurídica e médica

Foram encaminhados diversos casos para acompanhamento legal pela OAM e AMAC, incluindo pedidos de habeas corpus, defesa de detidos e monitoria de julgamentos. No campo médico, a actuação coordenada de profissionais voluntários garantiu atendimento emergencial, transporte de feridos e articulação com hospitais distritais. A resposta humanitária da sociedade civil revelou capacidade de organização, mas também a fragilidade das instituições públicas.

NICOR
INSTITUTO DO CORAÇÃO
Associação Humanitária sem fins lucrativos

Paciente: Baptista Ruiza Samao

EXAMES COMPLEMENTARES (Preencher com [X])
NID: 240652 Sector: 0602 Data: 06/02

☐ ECG ☐ HOLTER DE RITMO ☐ REGISTADOR DE EVENTOS ☐ MAPA ☐ EEG ☐ E.H.G. de

☐ PROVA DE ESFORÇO ☐ ECO-DOPPLER ☐ ESTUDO DA CONDUÇÃO NERVOSA ☐ MAMOGRAFIA

☐ ELECTROMIOGRAFIA ☐ ESPIROMETRIA ☐ ESTUDO DO SONO

☒ RAIO-X Não ☐ TAC Nervo ciático - Apêndice

☐ ECOGRAFIA ☐ OUTROS Estudo do sono

Informação Clínica: 17. Resposta do Nervo ciático Apêndice
para estudo da função do Nervo ciático

Marcação para dia: 17.07.25 às 14 H Jejum a partir das: 14 H

Realizado por: Gerardo A. Espinal Hernandez
(Médico de Família e Traumatologista)
Médico nº 1753 Data: 17/07/25

NICOR - Mod. 16 - 2025

Legenda: Exames apoiados a uma das vítimas



Legenda: Libertação dos detidos com apoio da AMAC

15.3 Protecção e advocacia internacional

Organizações como o **CIP**, **CDD** e **Amnistia Internacional** desempenharam papel essencial na verificação e internacionalização dos dados. A pressão junto a missões diplomáticas e organismos das Nações Unidas ajudou a manter o tema na agenda global dos direitos humanos. Esta solidariedade internacional reforçou a legitimidade das organizações nacionais e aumentou o escrutínio internacional sobre Moçambique.

Capítulo 16 – O Papel da DECIDE e da Rede de Parceiros

16.1 Liderança cívica e coordenação territorial

A Plataforma DECIDE assumiu papel de coordenação entre as diferentes frentes de resposta, integrando esforços humanitários, jurídicos e psicossociais. A sua presença territorial em várias províncias permitiu recolher dados fidedignos, apoiar equipas locais e consolidar uma rede de solidariedade nacional. A actuação da DECIDE foi pautada por princípios de neutralidade humanitária, rigor metodológico e defesa da dignidade humana.

Capítulo 17 – Falhas de Responsabilização e Impunidade Estatal

Apesar da magnitude das violações, nenhuma investigação pública ou judicial significativa foi conduzida. O Estado manteve uma postura de negação, classificando os acontecimentos como “distúrbios isolados”, o que contribuiu para a normalização da violência institucional. O Ministério Público e outras instâncias judiciais mostraram-se incapazes de agir com independência, arquivando casos sem julgamento ou sem sequer admitir as queixas apresentadas por advogados e famílias das vítimas.

A ausência de relatórios parlamentares, audições públicas ou pronunciamentos oficiais reforçou o clima de impunidade e erosão da confiança pública nas instituições. Esta omissão estatal aprofundou o sofrimento das vítimas e deixou as famílias sem vias de reparação, perpetuando um ciclo de injustiça e descrença.

Capítulo 18 – A Assistência Humanitária da DECIDE: Saúde, Cuidado e Esperança

Entre Julho de 2025 e Outubro de 2025, a DECIDE prestou apoio directo a mais de 80 pessoas, incluindo acompanhadas psicossocialmente e cerca de 20 com assistência médica. Em todo o país, foram recebidas mais de 4 000 solicitações de apoio, evidenciando a escala da emergência humanitária e a ausência de resposta estatal.

A intervenção assentou em três componentes:

1. **Apoio médico e reabilitação física**, assegurando transporte, tratamento hospitalar e articulação com profissionais voluntários;
2. **Acompanhamento psicossocial**, com visitas familiares, escuta activa e reabilitação emocional;
3. **Apoio material e reintegração social**, incluindo alimentação, pagamento de rendas e incentivo a micro-negócios.



Legendas: Imagem 1-Material de construção dado a uma família; Imagem 2-Material alimentar dado a uma das vítimas

Casos exemplificativos (anonimizados):

- Jovem comerciante da Beira ferido e apoiado para retomar a actividade económica;
- Mulher grávida baleada em Maputo reabilitada e reintegrada com pequeno negócio;
- Estudante ferido no braço que pôde continuar os estudos à distância;
- Trabalhador amputado reinserido como agente comunitário;
- Família de vítima mortal assistida material e emocionalmente durante o luto.

A análise transversal mostra que a maioria das vítimas provém de famílias de baixo rendimento, dependentes de actividades informais. A DECIDE comprovou que uma abordagem combinada médica, psicossocial e económica é eficaz para restaurar dignidade e esperança, mesmo sob condições adversas.

Recomendações Estratégicas

Ao Estado Moçambicano

- Criar uma comissão independente de inquérito às mortes e detenções.
- Garantir reparação e indemnização às famílias das vítimas.
- Reforçar a formação em direitos humanos nas forças de defesa e segurança.
- Instituir mecanismos parlamentares permanentes de fiscalização da actuação policial.

À Sociedade Civil

- Reforçar redes de advocacia conjunta e mecanismos de documentação.
- Investir em formação jurídica comunitária e protecção de activistas.
- Ampliar programas de apoio psicossocial com enfoque em mulheres e jovens.

À Comunidade Internacional

- Condicionar a cooperação bilateral ao cumprimento de padrões de direitos humanos.
- Apoiar iniciativas nacionais de monitoria independente.
- Estimular a criação de uma Comissão Internacional de Observação sobre as violações.

À Plataforma DECIDE e Parceiros

- Consolidar o sistema de resposta rápida e a monitoria cívica territorial.
- Expandir programas de formação em primeiros socorros psicológicos.
- Fortalecer a cooperação académica e técnica para estudos continuados sobre impactos sociais e políticos da repressão

Plataforma DECIDE – Democracia, Cidadania, Direitos e Estudos
Moçambique, Outubro de 2025